



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

1 **ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO**  
 2 **E CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,**  
 3 **ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA.** No dia 08 (oito) do mês de agosto de  
 4 2017 (dois mil e dezessete), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões  
 5 da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros que assinarão  
 6 a Ata a seguir: **Olga Helena da Costa** - Conselheira Titular, representante da Comunidade;  
 7 **Júlio César Pereira Alvim** - Conselheiro Titular - representante da Associação dos  
 8 Engenheiros e Arquitetos de Uberlândia (ASSENG); **Gleper Neto de Siqueira Júnior** -  
 9 Conselheiro Titular, representante da Secretaria Municipal de Administração; **Gláucio**  
 10 **Henrique Chaves** - Conselheiro Titular - representante da Secretaria Municipal de  
 11 Planejamento Urbano; **Antônio Ricardo Souza** - Conselheiro Titular, representante da 13ª  
 12 Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); **João Paulo Campos Peixoto** -  
 13 Conselheiro Titular, representante da Comunidade; **Fabíola Benfica Marra** - Conselheira  
 14 Titular, representante da Comunidade; **Andréia Lopes Bernardes** - Conselheira Titular,  
 15 representante da Associação de Decoradores do Triângulo (ADET); **Michelle Siqueira**  
 16 **Oliveira** - Conselheira Suplente - representante da Secretaria Municipal de Planejamento  
 17 Urbano; **Luiz Carlos de Laurentz** - Conselheiro Titular - representante Universidade Federal  
 18 de Uberlândia; **Newton Dângelo** - Conselheiro Suplente - representante do Instituto de  
 19 História - UFU; **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** - Conselheira Titular -  
 20 representante da Secretaria Municipal de Cultura. Estiveram presentes nesta reunião os  
 21 senhores Luciano A. Abdalla, juntamente com o advogado Dr. Jorge Vinícius, representando a  
 22 Diocese de Uberlândia e o senhor Paulo V.A.P. Scaldaperri, representando a Secretaria  
 23 Municipal de Agropecuária e Abastecimento. A conselheira **Valéria Maria Queiroz**  
 24 **Cavalcante Lopes** justificou a ausência da Presidente Mônica Debs Diniz, que se encontra  
 25 em agenda de trabalho fora da cidade. As conselheiras Thais Tormin Porto, e sua suplente  
 26 Maria Regina Ribeiro Gonçalves justificaram as suas ausências. Verificando haver quórum  
 27 regimental e com a presença de 12 (doze) conselheiros, entre titulares e suplentes, esta  
 28 reunião convocada pelo Presidente e, em conformidade com a pauta pré-estabelecida recebida  
 29 pelos conselheiros com antecedência de 24 horas via e-mail, foi iniciada com os seguintes  
 30 pontos: **1º:** Informes; **2º:** Leitura e aprovação de ata; **3º:** Apresentação de demandas de  
 31 intervenção na Praça Rui Barbosa entorno Igreja do Rosário; **4º:** Análise e Deliberação sobre  
 32 projeto de cobertura reversível da área externa Mercado; **5º:** Deliberação sobre gastos com



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

33 recursos do fundo. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** deu boas vindas  
34 a todos, agradeceu a presença dos conselheiros e convidados, fez as apresentações dos  
35 presentes e iniciou a reunião. Informou que, conforme havia solicitado a conselheira Fabíola  
36 Benfica Marra, a Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico realizou uma visita à Igreja de  
37 Nossa Senhora do Rosário em Miraporanga para verificar a existência de fiação externa na  
38 fachada da Igreja. A conselheira relatou que na fachada frontal da Igreja foram instalados dois  
39 refletores para a iluminação do adro, entretanto, apesar de não ser uma fiação embutida na  
40 parede, considerou que os fios, mesmo expostos, não estão causando nenhum dano à  
41 edificação, podem ser removidos a qualquer momento e a iluminação está propiciando a  
42 apropriação do espaço pela comunidade com a realização de festas religiosas e sociais, sendo  
43 uma constatação bastante positiva. A conselheira **Andréia Lopes Bernardes** solicitou que,  
44 nas imediações da edificação, seja instalada uma placa informando o horário de  
45 funcionamento, dias de missas, e informações históricas pertinentes, pois, os visitantes  
46 precisam ser melhor informados tendo em vista que as atividades na Igreja não são cotidianas.  
47 A conselheira **Fabíola Benfica Marra** concordou com as observações e afirmou que, além de  
48 ser um patrimônio tombado, Miraporanga é um Distrito muito importante para a história de  
49 formação da cidade de Uberlândia e ainda relatou que o cruzeiro de madeira na frente da  
50 edificação está danificado, sendo necessário pensar numa intervenção para a preservação do  
51 telhado, calçamento, para a valorização do patrimônio. A conselheira propôs ainda que seja  
52 realizado um projeto de iluminação externa adequada e retirada de muda de gameleira que  
53 está brotando no telhado, conforme fotografias apresentadas. A conselheira **Valéria Maria**  
54 **Queiroz Cavalcante Lopes** considerou a necessidade de se formar uma Câmara de trabalho  
55 para discutir questões referentes à preservação de bens, como a Igreja de Miraporanga. Assim  
56 sendo, foi formada uma Câmara de Patrimônio Material e Imaterial formada pelos  
57 conselheiros Andreia Lopes Bernardes, Fabíola Benfica Marra, João Paulo Campos Peixoto,  
58 Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes com a participação do professor Luiz Carlos de  
59 Laurentz que auxiliará nas discussões e encaminhamentos. Os outros conselheiros estão  
60 convidados a participar. Passou-se ao 2º ponto da pauta com a leitura da ata da segunda  
61 reunião que foi aprovada e será assinada pelos membros participantes. No 3º ponto da pauta a  
62 palavra foi repassada para o senhor Luciano A. Abdalla, representante da Diocese, que  
63 agradeceu a atenção recebida da Secretaria de Cultura. Informou a todos que a Igreja do  
64 Rosário está sob a jurisdição da Catedral de Santa Terezinha e, pelo fato de ser um bem



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

65 tombado, eles têm encontrado muitas dificuldades para efetivamente realizarem a preservação  
66 e deter as ações de depredação que a edificação vem sofrendo. Informou que em 2015,  
67 quando a Igreja apresentava alguns problemas, ele procurou o Poder Público e foi orientado a  
68 procurar a Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes para orientá-los quanto as ações de  
69 preservação que foram realizadas com sucesso e que na época duas portas dos fundos da  
70 edificação, que dão acesso aos banheiros, tiveram que ser trocadas para ser instaladas portas  
71 mais resistentes, tendo em vista que as portas eram forçadas e sofriam danos rotineiramente.  
72 Afirmou ainda que todo final de semana as pessoas que frequentam as casas noturnas das  
73 imediações usam as escadas da Igreja como banheiro, praticam atos libidinosos, realizam  
74 pichações nas fachadas e já houve inclusive o arremesso de pedras nas vidraças mais altas.  
75 Aliado a este fato, ainda existem o uso de drogas nas escadarias ou nas imediações,  
76 principalmente nos bancos da estrutura de madeira existente na porta de uma casa de shows  
77 localizada na esquina da Praça Rui Barbosa. Os fiéis, a vizinhança e os responsáveis pela  
78 manutenção e funcionamento da Igreja estão encontrando dificuldades para o acesso à Igreja,  
79 tendo em vista o mal cheiro e a sujeira e os responsáveis não conseguem limpar toda a sujeira  
80 que acumula no entorno. Por esses motivos, algumas celebrações que aconteciam na Igreja  
81 foram canceladas. Segundo senhor Luciano A. Abdalla o maior problema é quando a Igreja  
82 está fechada. Ele já conversou com a Polícia Militar e foi informado de que o contingente  
83 deles é pequeno e que é impossível controlar o número de pessoas que circulam nas  
84 imediações no final de semana. As câmaras de vídeo monitoramento não registram o fundo da  
85 Igreja. Ele afirma que a Diocese é responsável pela conservação, mas, como eles dependem  
86 de doações dos fiéis, não tem condições de pagar vigias durante todo o tempo e que mesmo  
87 assim a vigilância seria interna. A Igreja tem alarme, mas, na última semana, a Igreja teve sua  
88 porta lateral arrombada, arrancada junto com o portal ficando a impressão de que queriam  
89 roubar a porta pois, ela foi arrancada e só não foi retirada porque pelo lado interno a porta  
90 possuiu quatro travas de ferro que impediram que a porta se afastasse mais da alvenaria para  
91 passar uma pessoa que teria acesso ao interior da Igreja. A porta não pôde ser recolocada de  
92 imediato pois, por ser pesada e ter saído do seu eixo, foi necessária a contratação de pedreiro  
93 para quebrar a parede e recolocar a porta no seu vão. Assim sendo, tendo em vista os  
94 transtornos que estão se tornando muito recorrentes, a Diocese decidiu instalar uma grade de  
95 proteção no entorno da Igreja. A grade seria retirada por ocasião dos festejos e sempre que for  
96 necessário, mas ficaria fechada para a proteção da Igreja. Segundo o senhor Luciano A.



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

97 Abdalla com a instalação desta proteção, ele teria condições de realizar um projeto de  
98 iluminação externo ao bem. Este projeto pretendido é inviável sem a proteção das grades,  
99 porque, segundo ele, os usuários retiram e arrancam todo qualquer material de ferro ou metal  
100 que tem nas imediações, inclusive fiação elétrica do padrão. Nesta última semana retiraram  
101 também as grelhas da praça por onde escoam as águas da chuva, ou seja, todo e qualquer  
102 material de ferro ou alumínio é retirado, roubado e/ou danificado. Senhor Luciano A. Abdalla  
103 informou que já comunicou ao Ministério Público, ao poder público local, conversou também  
104 com a Presidente da Irmandade, o senhor Deny, que apoiou a colocação das grades no entorno  
105 da Igreja. O Senhor Luciano A. Abdalla disse que está contratando um arquiteto, decoradora e  
106 designer para produzir uma grade que provoque o mínimo de intervenção na Igreja, que  
107 resguarde o bem e que a sua preocupação é a preservação do bem e a sua apropriação pela  
108 comunidade. Reforçou que considera muito sério os problemas do Rosário como o uso de  
109 drogas e afins, os roubos, a insegurança, a depredação e está confiante de que a grade impede  
110 o acesso fácil à Igreja que, segundo ele, é o patrimônio mais utilizado pela comunidade e o  
111 mais exposto também. O conselheiro **Gláucio Henrique Chaves** questionou se as câmaras  
112 de vídeo inibem a ação de vândalos? E o senhor Luciano A. Abdalla foi categórico em dizer  
113 que não inibe. Finalizando a sua fala, ele agradeceu a Deus não ter havido o arrombamento  
114 pois, existem bens móveis na Igreja como o aparelho de som, imagens sacras e sua maior  
115 preocupação é com o Sacrário que poderia ter sido maculado. Senhor Luciano A. Abdalla  
116 afirmou que trouxe o problema para o Conselho ajudar a resolver e complementa as  
117 informações afirmando que a porta principal, por ser muito pesada, está cedendo e foram  
118 instaladas roldanas e também se preocupa com a sua preservação se ela for forçada por  
119 vândalos. O conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** disse que deveria ser feito um trabalho  
120 mais abrangente com a vizinhança do entorno que deveriam se comprometer com os danos  
121 causados. Afirmou que as escadas atraem e lembrou que no Museu Municipal foram  
122 colocadas pedras grandes no entorno da construção para evitar o acesso às janelas e considera  
123 importante aumentar a iluminação para intimidar as ações de vandalismos. Senhor Luciano A.  
124 Abdalla afirmou que trabalha com um número reduzido de pessoas que não permite que ele  
125 faça reuniões com os empresários e não conseguiria passar a responsabilidade para os  
126 empresários. Afirmou que a Igreja trabalha com os fiéis e se conseguir realizar as grades e  
127 fazer esta proteção, depois sim, ele poderá responsabilizar outros. O senhor Jorge Vinícius  
128 afirmou que o gradeamento móvel é um paliativo e que é importante o trabalho de



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

129 conscientização das pessoas e considerou que nenhuma opinião é excludente e que elas se  
130 somam e afirmou que é problema de segurança pública. Segundo ele, a ideia é expor o  
131 problema que pode se tornar cada vez mais grave e a solução encontrada é a colocação das  
132 grades, mas, assegura que pretende ouvir as opiniões e que não é a intenção da Diocese violar  
133 o patrimônio. Senhor Luciano A. Abdalla reafirmou que a fachada posterior da Igreja é a mais  
134 problemática e mais complicada e que as grades não teriam o desenho que facilitasse ser  
135 escalada e que ele pretende apresentar o projeto ao Conselho. O conselheiro **Newton Dângelo**  
136 afirmou que discorda da proposta em si e que o patrimônio é da cidade e não da Diocese e  
137 defendeu uma campanha educativa para a comunidade reconhecer o valor do bem, os donos  
138 de bares, a vizinhança e acredita que as grades irão depor contra a Igreja e refletiu na  
139 necessidade de se pensar mais amplo, com a Polícia Militar, trabalhar com a vizinhança e  
140 disse temer que a grade seja um início de ações que irão construindo no entorno da Igreja  
141 aparatos de segurança que desvalorizariam a edificação, além de não garantir eficiência na  
142 proteção. Sugeriu que seja colocado grade nos fundos já que é o local onde há maior  
143 fragilidade. Afirmou que a intenção é boa mas pode ser ineficaz. As pessoas podem sentir  
144 enfrentada no sentido de ir e vir. O senhor Luciano A. Abdalla afirmou que a Diocese irá  
145 respeitar as leis e os direitos das pessoas e transeuntes e que a ideia é procurar profissionais  
146 capacitados que apresentem um bom projeto para não agredir a visibilidade do bem. A  
147 conselheira **Fabíola Benfica Marra** pediu a palavra e se apresentou como uma pessoa que  
148 trabalha com o patrimônio histórico imaterial há 15 anos e compartilha da ideia do  
149 conselheiro Newton Dângelo e afirmou que a Igreja é tombada em função do Congado e  
150 considera que as grades, se colocadas, descaracterizarão a Igreja e que podem não trazer a  
151 segurança pretendida, já que o senhor Luciano A. Abdalla informou que barras de ferro fixas  
152 de um corrimão foram retirados, as grades móveis também podem ser retiradas e afirmou que  
153 concorda com a opinião do conselheiro Júlio César Pereira Alvim quando ele se refere à  
154 responsabilização compartilhada com a boate e bares do entorno. Ainda com a palavra se  
155 posicionou contrária à colocação das arquibancadas e faixas de propagandas diversas na Festa  
156 da Congada e acredita que o COMPHAC deve notificar os comerciantes do entorno e solicitar  
157 às autoridades melhoramentos na iluminação do local e a poda das árvores do entorno para  
158 inibir “atos libidinosos” na lateral e fundos da Igreja. Ressaltou que, como aquele é um local  
159 de grande fluxo de jovens, historicamente consolidado na cidade, torna-se necessário a  
160 construção de banheiros públicos para evitar que usem o espaço público e as portas da Igreja



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

161 para este fim, lembrando que os banheiros públicos mais próximos estão localizados na praça  
 162 Tubal Vilela. O conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** afirmou que no Plano Diretor define  
 163 a ocupação de áreas públicas e acredita que podemos consultar a Secretaria de Planejamento  
 164 Urbano para saber sobre a ocupação do espaço, seu uso pois, segundo ele, os comerciantes  
 165 estão infringindo a lei quando ocupam área de uso de pedestres e muitos ocupam inclusive a  
 166 rua. Defendeu que deve haver um levantamento junto à vizinhança para saber a opinião sobre  
 167 a ocupação do espaço e saber qual a definição legal de uso. O conselheiro **Luiz Carlos de**  
 168 **Laurentz** questionou se a Diocese fez a divulgação na mídia desse arrombamento. O senhor  
 169 Luciano A. Abdalla afirmou que não houve noticiário da mídia. O conselheiro continuou  
 170 assegurando que no momento ele também concorda com a ideia de estudar saídas que  
 171 envolvam a vizinhança e afirmou que a Igreja é linda, que possui uma escala pequena e  
 172 considerou o gradil problemático porque qualquer barreira vai interferir na organicidade do  
 173 espaço público. Talvez uma proposta seria estudar e pensar uma forma de sensibilizar todos  
 174 do entorno pois, a ocupação do espaço público precisa ser pensada como um todo. A  
 175 conselheira **Fabíola Benfica Marra** argumentou que o COMPHAC precisa se posicionar  
 176 quanto a possibilidade de instalação de grade ou não para que a Igreja não realize despesa  
 177 desnecessária pagando projeto que não poderá ser executado e propõe marcar uma reunião  
 178 extraordinária para discutir a segurança e depredação, apresentação de propostas para a  
 179 Diocese fazer a preservação do bem tombado. Todos estão convidados a pensar soluções  
 180 possíveis. O senhor Luciano A. Abdalla afirmou que se sente desamparado sem saber como  
 181 resolver. O conselheiro **Newton Dângelo** afirmou que as atribuições da Prefeitura e da  
 182 Diocese são diferentes e segurança pública é competência da Polícia Militar e defendeu ainda  
 183 uma campanha educativa, pensando nos outros bens que também sofrem ações de  
 184 vandalismos. O conselheiro **Luiz Carlos de Laurentz** perguntou para o senhor Luciano A.  
 185 Abdalla sobre o projeto de iluminação que foi apresentado e ele respondeu que não irá  
 186 executar sem a proteção porque, nas atuais condições, corre o risco de sofrer danos. O  
 187 conselheiro retoma a palavra e afirmou que a melhora na iluminação pode ser positiva para  
 188 conter justamente a presença e ação de malfeitores. Segundo ele, além de valorizar o bem,  
 189 poderia inibir e pode solucionar parte dos problemas. Após estas contribuições, ficou  
 190 deliberado que será marcada uma reunião extraordinária para discutir o problema e propor  
 191 soluções possíveis para a preservação, valorização da Igreja do Rosário. Senhor Luciano A.  
 192 Abdalla agradeceu em nome da Diocese e se retirou. Passou-se ao 4º ponto da pauta para



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

193 discussão sobre a solicitação da Secretaria Municipal de Agropecuária de instalação de uma  
194 cobertura na área externa do Mercado Municipal. O senhor Paulo V.A.P. Scaldaperri, assessor  
195 municipal, informou que a Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento recebeu  
196 memorando da Vigilância Sanitária solicitando a cobertura da área externa para proteção  
197 contra os pombos e que podem contaminar os alimentos. Diante disso, o senhor Paulo V.A.P.  
198 Scaldaperri mostrou alguns desenhos do que está sendo pensado para cobrir parte da área  
199 externa ocupada por mesas para fornecimento de refeições, além de vídeos mostrando o  
200 material e modelo de cobertura que foi realizada em prédio tombado na cidade de  
201 Florianópolis e informou que o projeto em Uberlândia será executado após a considerações  
202 do Conselho. A proposta apresentada são lâminas que poderão ficar abertas ou fechadas,  
203 sobrepostas acima da marquise quando estiverem abertas e serão controladas por controle  
204 remoto. Quando acionadas ficarão completamente fechadas e haverá a colocação de calhas  
205 para captação de água da chuva. Quando a área estiver aberta elas formarão um volume de  
206 aproximadamente 40 cms em cima da marquise. O conselheiro **Newton Dângelo** afirmou que  
207 estava com dúvidas sobre o documento tendo em vista que em outros locais do Mercado  
208 existem estabelecimentos comerciais de manipulação de alimentos e entende que o alimento  
209 está em todos os lugares da edificação. O assessor Paulo V.A.P. Scaldaperri informou que a  
210 proposta é cobrir o mínimo necessário e que a cobertura desta área seria eficaz pois é o local  
211 externo onde mais tem comércio de alimentos. A conselheira **Fabíola Benfica Marra**  
212 afirmou que não acredita que esta seja uma solução eficaz para retirar ou impedir a presença  
213 dos pombos, será muito mais para dar conforto e comodidade aos clientes. Quanto a isso o  
214 conselheiro **Newton Dângelo** discordou pois ele entende que o público vai ao Mercado  
215 justamente porque é aberto e afirmou que além de pombos o Mercado também tem ratos e  
216 que é necessário fazer uma desinsetização no prédio. A **Fabíola Benfica Marra** retoma a  
217 palavra e afirmou que, se o Conselho aprovar este projeto estará burlando a Vigilância  
218 Sanitária pois, os pombos estão presentes em outros locais na edificação. A conselheira  
219 **Andréia Lopes Bernardes** propõe convidar a Vigilância Sanitária para conversar pois como  
220 o Mercado é tombado não pode haver uma exigência que não está de acordo com as diretrizes  
221 de intervenção aprovadas para a edificação. A conselheira **Valéria Maria Queiroz**  
222 **Cavalcante Lopes** lembra que, nos anos anteriores houve uma comissão formada por pessoas  
223 da comunidade, vizinhança, secretarias e permissionários que discutiu ações para o Mercado  
224 Municipal e que ficou deliberado que a parte de gastronomia ocuparia a fachada voltada para



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

225 a av. Getúlio Vargas, talvez, pensando nessa possibilidade foi que solicitaram a cobertura  
226 desta área em questão. O conselheiro **João Paulo Campos Peixoto** lembrou que, se esta  
227 cobertura não for eficaz a Anvisa entrará novamente para solicitar alterações e, se o problema  
228 for os pombos, existem possibilidades de controle que não dependem da cobertura, pois na  
229 Universidade foram tomadas ações que espantaram os pombos. A conselheira **Fabiola**  
230 **Benfica Marra** afirmou que a retirada dos locais de habitação seria uma ação que ajudaria no  
231 controle dos pombos. A conselheira **Andréia Lopes Bernardes** assegurou que não temos  
232 como resolver o problema de imediato. O conselheiro **Luiz Carlos de Laurentz** solicitou que  
233 fosse apresentado novamente uma fotografia da área externa do Mercado ocupada no final de  
234 semana, que mostra grande quantidade de barracas e toldos compondo o espaço no qual está  
235 sendo solicitado a instalação da cobertura e considerou que alguma coisa precisa ser feito mas  
236 considera que pode ser pensado em algo menos intimidadora e procurar outra opção pois, a  
237 marquise ficou como uma aba estranha e chamou a atenção para a cobertura mostrada como  
238 exemplo a cobertura não toca no imóvel. A conselheira **Andréia Lopes Bernardes** assegurou  
239 que a proposta apresentada vai eliminar as tendas de um espaço específico do pátio,  
240 entretanto, elas continuarão em outros, mal organizadas, improvisadas, contrapondo com a  
241 estrutura que será ineficiente para resolver o problema dos pombos e defende que o Mercado  
242 deve ser pensado para o futuro, como problemas relativos ao estacionamento e outras  
243 questões e questiona se este investimento está correto e sugeriu conversar com a Vigilância  
244 Sanitária pois, entende que para o Mercado quanto mais simples e original ficar será melhor.  
245 O conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** perguntou sobre a forma que será a limpeza e  
246 manutenção desta cobertura, tendo em vista ser mecânico e chamou a atenção para verificar  
247 se a instalação da marquise suporta o peso. Ele acredita que a cobertura, por ser retrátil,  
248 apresenta menos intervenção e daria comodidade contra o sol e chuva para os usuários do  
249 Mercado. O senhor Paulo V.A.P. Scaldaperri respondeu que a manutenção será feita pela  
250 Secretaria. O conselheiro **Newton Dângelo** afirmou que a questão é a longo prazo pois o  
251 Mercado não pertence a poucas pessoas. Defende que seria importante fazer uma pesquisa  
252 com os usuários e pensar em uma estratégia do Mercado onde ficaria toda a parte gastronomia  
253 e considera que do ponto de vista da estética o Conselho tem autoridade para falar. O senhor  
254 Paulo V.A.P. Scaldaperri afirmou que para os restaurantes funcionarem é preciso o alvará e a  
255 cobertura proposta é importante para revalidar o alvará de funcionamento de alguns boxes,  
256 assim sendo, o Conselho precisa pensar para não inviabilizar o Mercado e disse que estava





**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

257 transferindo o problema para o COMPHAC. A conselheira **Andréia Lopes Bernardes**  
258 insistiu que a edificação é um bem tombado e a conselheira **Fabíola Benfica Marra** solicitou  
259 que a Vigilância Sanitária apresentasse argumentos plausíveis para resolver o problema dos  
260 pombos pois, ela disse estar convencida que esta cobertura será mais útil para a comodidade  
261 dos clientes do que para conter a presença dos pombos no Mercado. O conselheiro **Gláucio**  
262 **Henrique Chaves** afirmou que, para o COMPHAC, não deveria importar o motivo da  
263 cobertura e nem a área que foi proposta, mas sim o quanto isso pode ou não interferir,  
264 prejudicar ou descaracterizar o bem. No futuro se acharem necessária novas adequações as  
265 pessoas irão encaminhar novos projetos. O conselheiro **Gleper Neto de Siqueira Júnior**  
266 propõe que a Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento faça uma discussão com  
267 a Vigilância Sanitária para esgotar as possibilidades de afugentar os pombos e, se não houver,  
268 o Conselho volta a discutir a possibilidade de cobertura. O senhor Paulo V.A.P. Scaldaperri  
269 afirmou que as possibilidades da Secretaria estavam esgotadas pois, segundo ele a forma  
270 como a Vigilância Sanitária se posicionou é a cobertura. A conselheira **Michelle Siqueira**  
271 **Oliveira** ponderou que, considerando que o problema é o pombo e que o COMPHAC irá  
272 negar a instalação de cobertura é necessário ver a possibilidade de retirá-los; e concluiu que,  
273 se o problema for realmente os pombos, a resposta não seria a cobertura desta área. O  
274 conselheiro **Luiz Carlos de Laurentz** solicitou esclarecimentos sobre a questão dos alvarás  
275 de funcionamento e o conselheiro **Gláucio Henrique Chaves** esclareceu que o alvará de  
276 funcionamento vence e precisa ser renovado e os comerciantes precisam atender às normas  
277 estabelecidas que muitas vezes são alteradas. O senhor Paulo V.A.P. Scaldaperri  
278 complementou que se não adequar os comércio ficam impedidos de funcionar. **Newton**  
279 **Dângelo** defendeu que é preciso garantir o cumprimento da lei de tombamento que impede a  
280 descaracterização. Se a Vigilância tem o poder nós temos a legislação que respalda a decisão  
281 do COMPHAC e assegurou que é preciso pensar na preservação. A conselheira **Valéria**  
282 **Maria Queiroz Cavalcante Lopes** lembrou aos conselheiros para a importância de preservar,  
283 mas também garantir a apropriação da edificação pela comunidade e que as diretrizes de  
284 intervenção que constam no dossiê podem ser alteradas, se o COMPHAC entender que é  
285 necessário. **Fabíola Benfica Marra** reforçou que o nosso papel é discutir e analisar a  
286 intervenção na arquitetura e propõe esquecer os motivos, se é ou não por causa dos pombos,  
287 até porque ela acredita que esse motivo é infundado e ponderou se esta cobertura será  
288 eficiente nos dias de chuva e sugeriu que o Conselho faça a discussão sobre a intervenção na



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Cultural de Uberlândia**

289 arquitetura. **Gleper Neto de Siqueira Júnior** reafirma que temos que discutir se o  
 290 COMPHAC irá ou não permitir a existência de uma cobertura neste local. Após os debates,  
 291 discussões e considerações em torno da eficiência da cobertura proposta para proteção contra  
 292 os pombos e a forma mais eficiente de afugentá-los e, tendo em vista o adiantado da hora,  
 293 ficou definido que será marcada uma reunião extraordinária para o Conselho aprovar ou não a  
 294 cobertura da área. Registro nesta ata que o último ponto da pauta de hoje não será considerado  
 295 tendo em vista que este assunto já foi deliberado na reunião passada. Nada mais havendo a  
 296 tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Valéria Maria Queiroz**  
 297 **Cavalcante Lopes**, que a redigiu, lavrou e dirigiu os trabalhos e pelos que estiveram  
 298 presentes na qualidade de conselheiros. Uberlândia, **08 (oito) de agosto de 2017 (dois mil e**  
 299 **dezessete)**. **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** \_\_\_\_\_ ;  
 300 **Olga Helena da Costa** \_\_\_\_\_ ;  
 301 **Júlio César Pereira Alvim** \_\_\_\_\_ ;  
 302 **Gleper Neto de Siqueira Júnior** \_\_\_\_\_ ;  
 303 **Gláucio Henrique Chaves** \_\_\_\_\_ ;  
 304 **Antônio Ricardo Souza** \_\_\_\_\_ ;  
 305 **João Paulo Campos Peixoto** \_\_\_\_\_ ;  
 306 **Fabíola Benfica Marra** \_\_\_\_\_ ;  
 307 **Andréia Lopes Bernardes** \_\_\_\_\_ ;  
 308 **Michelle Siqueira Oliveira** \_\_\_\_\_ ;  
 309 **Luiz Carlos de Laurentz** \_\_\_\_\_ ;  
 310 **Newton Dângelo** \_\_\_\_\_ .